

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE



FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL E A APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

Ingrid Ferreira Macedo

Trabalho de Conclusão de Curso de Fonoaudiologia da PUC-SP

Sob orientação da Prof^ª. Ms. Vera Regina Vitagliano Teixeira

São Paulo

2016

Banca Examinadora

Prof.^a M^a Vera Regina Vitagliano Teixeira

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Hage Masini

Autorização:

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste TCC, via processos de fotocopiadoras ou eletrônicos, desde que nessa reprodução figure a identificação do autor, do título, da instituição bem como o ano do TCC.

Ingrid Ferreira Macedo

São Paulo, 7 de Dezembro de 2016.

Agradecimentos

A Deus,

Por ter me dado este fôlego de vida que não mereço, mas como sua filha, ele me ama e sempre vai querer o meu bem;

Aos meus Pais,

Meu porto seguro, amo muito, só tenho palavras de gratidão a eles dois, pois me ajudam todos os dias com suas palavras de apoio e esperança;

Minha Avó Dejanira,

Quem sempre cuidou de mim, pelas suas palavras de amor e cuidado, sem ela nada estaria acontecendo, pois sempre cuidou da sua princesa como ela fala;

Meu irmão Matheus,

Sem ele sou incompleta como irmã, sou grata pelas palavras de apoio e amor, ele sempre será o meu Má e eu a Ginka dele;

A todos da minha Família,

Apreendi com eles que não existe sorte, existe bênçãos, que somos frutos de um amor sem igual e sem limites, e que a nossa fé e união nos faz abençoados todos os dias pelo zelo e misericórdia de Deus;

A todos da minha Igreja,

Que fizeram e fazem a diferença na minha vida, com palavras e atitudes de amor, de ajuda, conselhos e orações;

A minha amiga Josiane,

Umas das amizades que a faculdade me deu para vida toda, já fizemos e passamos por muitas coisas, tenho carinho e respeito profundamente. Sei que

nossas conversas ficarão na memória. Há uma frase que define nossa amizade: Sei que posso contar com você e você comigo;

A Fran,

Pelo apoio e ajuda nesses quatro anos, tudo foi diferente, outra amizade que a faculdade me deu. Nunca irei esquecer que tudo começou na fila para fazer a matrícula da faculdade, recordações que nunca esquecerei;

A Ariane,

Por viver comigo com delicadeza as dores e delícias da graduação, obrigada pelas nossas conversas que fizeram olhar de forma diferente as coisas ao redor;

Aos colegas,

Que me acolheram e dividiram comigo esta trajetória, nesses quatro anos enfrentamos e desfrutamos de muitas coisas, agora tudo mudou, amadurecemos como pessoas e profissionais;

A professora Vera Teixeira,

Minha orientadora, por acreditar no meu trabalho, pelas valiosas contribuições e pelo incrível respeito às posições defendidas;

A professora Lucia Masini,

Ser referência importante neste trabalho, pela disponibilidade, generosidade e contribuição;

Aos Professores,

Que generosamente contribuíram não só com a minha vida acadêmica, mas também profissional e pessoal;

Aos profissionais da PUC,

Para os quais sempre pude requisitar apoio;

Minha gratidão e carinho.

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	9
Objetivo	16
Metodologia	17
Discussão	18
Conclusão	26
Bibliografia	27

Resumo

Este estudo se propõe a fazer uma revisão documental bibliográfica e aferir os artigos científicos que indicam como o fonoaudiólogo educacional sob a perspectiva histórico-cultural atua e compreende o processo da aprendizagem da leitura e da escrita. Mais recentemente, a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação vem sendo alvo de reflexões que abordam as diversas compreensões sobre o sujeito, embasando atuação fonoaudiológica na escola, variando os objetivos e ações no contexto educacional. Auxiliando em redes públicas e privadas em todas as modalidades e níveis de ensino. Neste trabalho, optou-se por priorizar fonoaudiólogos que desenvolvem suas atuações na educação, a partir da perspectiva histórico-cultural que considera a linguagem como uma prática discursiva social, que constitui e é permeada pelo indivíduo. Observamos por meio dos artigos que a proposta da saúde ampliada traz uma visão abrangente para além da fragmentação, buscando a participação e autonomia do indivíduo em seu processo de aprendizagem da leitura e escrita em diferentes espaços. Concluímos a importância de se realizar, cada vez mais, parcerias entre educadores e fonoaudiólogos que partilhem desse tipo de abordagem, para que os diversos processos de aprendizagem da leitura e da escrita possam ser olhados de forma singular, para isso, se faz necessário que o número de artigos que pesquisam a atuação dos fonoaudiólogos educacionais que trabalhem a partir dessa perspectiva cresça.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Aprendizagem; Desenvolvimento; Educação e Fatores Socioeconomicos.

Abstract

This study proposes to make a documentary review of the bibliographical and to verify the scientific articles that indicate how the educational audiologist under the historical - cultural perspective acts and understands in the learning process of reading and writing. More recently, the relationship between Speech and Hearing Therapy and Education has been the subject of reflections that address the different understandings about the subject, based on speech and language intervention in the school, varying the objectives and actions in the educational context. Assisting in public and private networks in all modalities and levels of education. In this work, we chose to prioritize speech-language pathologists who develop their actions in education, from the historical-cultural perspective that considers language as a social discursive practice that constitutes and is permeated by the individual. We observed through the articles that the extended health proposal brings a comprehensive vision beyond fragmentation, seeking the participation and autonomy of the individual in his process of learning to read and write in different spaces. We conclude the importance of making increasingly more partnerships between educators and speech therapists who share this type of approach, so that the different processes of learning to read and write can be looked at in a singular way. Number of articles that research the performance of educational speech therapists working from this perspective grow.

Keywords: Speech-Language Pathology; Learning; Development; Education and Socioeconomic Factors.

Introdução

Este trabalho pretende apresentar como a Fonoaudiologia Educacional, especialmente a vertente que atua na perspectiva histórico-cultural, compreende a aprendizagem da leitura e da escrita e seus entraves no cenário educacional brasileiro.

A realização deste trabalho foi impulsionada pela necessidade de conhecer como o fonoaudiólogo educacional entende as dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita. Este tema me remete às lembranças escolares em uma escola privada de bairro na Educação Infantil, enfrentando momentos difíceis, dentro e fora da sala de aula, carregados de isolamento e de pouco rendimento escolar. Depois de dois anos nesta escola, a partir do momento que os professores compreenderam meu ritmo de aprendizagem ingressei no processo de alfabetização com episódios significativos que estão guardados nas memórias tanto minhas como dos meus familiares. Ao entrar no ensino fundamental em uma nova escola privada, novos professores, novos amigos e novas dificuldades, na sala de aula as coisas só complicavam no relacionamento com os colegas e com o processo de aprendizagem. Meus pais continuavam a seguir todas as orientações, consultas e mais consultas, muitos exames para tentar entender o porquê tinha tanta dificuldade de aprendizagem. Na terceira série o colégio promoveu uma semana de atendimento fonoaudiológico, foram realizados atendimentos e verificou-se que alguns dos alunos mereciam acompanhamentos individuais em uma clínica particular. Durante este período iniciei os atendimentos fonoaudiológicos quando se constatou minha dislexia, acontecimento que causou alívio para mim e, principalmente, para meus pais que estavam aflitos por não compreenderem o que sua primeira filha apresentava. Depois dessa descoberta meus pais aguardavam uma vaga na DERDIC onde fiquei por cinco anos em atendimento fonoaudiológico. Cheguei com grande dificuldade de aprendizado, não interagia com outras crianças, o que causava sofrimento a mim e a minha família, na época sem condições financeiras para buscar uma solução do problema em clínicas e médicos particulares. Com o tratamento fonoaudiológico e acompanhamento paciente/família de profissionais que tinham o olhar humanizado, além de indicações de mudança de escola e de terapias psicopedagógicas, as transformações em meu comportamento foram surgindo. Com melhor aproveitamento escolar fui superando minha dificuldade, o que para uma criança é extremamente motivador e definitivo, do ponto de vista da própria vida.

Rememorando esses momentos, percebo que após o diagnóstico de “dislexia” tudo se modificou, meus pais começaram a entender como poderiam me ajudar e

eu ganhei um rótulo que até hoje carrego comigo, atualmente conseguindo falar com segurança e maturidade sobre ele. A partir da minha história, consigo perceber a força com que um diagnóstico pode impactar uma pessoa e, por esse motivo, este trabalho é fundamental para minha vida pessoal (história), minha atuação profissional e, acredito que para a Fonoaudiologia também.

Sabe-se que são poucos os que dominam plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática, em nossa sociedade. Segundo dados do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF, o percentual da população alfabetizada funcionalmente era de 61% em 2001 tendo atingido 73% em 2011, caracterizando que apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades referidas para este nível. Estes dados levam à reflexão do quanto a população brasileira necessita de melhores condições educacionais e, principalmente, de atividades que a insiram nas práticas sociais de letramentos múltiplos a fim de que as pessoas exerçam sua cidadania. Por outro lado, pode-se questionar se, realmente, é possível acreditar na quantidade de diagnósticos de dislexia existentes hoje em dia, quando se tem esses dados para refletir sobre a situação do estado da arte da leitura e da escrita no Brasil. Nesse sentido, também interessa compreender como os fonoaudiólogos e todos os outros profissionais da Educação, da Linguística e da Psicologia que se preocupam com o trabalho multidisciplinar no universo da leitura e da escrita, se posicionam perante este cenário. Para esse fim, será necessário apresentar a história da Fonoaudiologia no Brasil.

Embora a especialidade de Fonoaudiologia Educacional tenha sido regulamentada pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia-CFFa, apenas em 2010, as práticas fonoaudiológicas relacionadas à Educação começaram a se desenvolver no início do século XX, devido à necessidade de profissionais que pudessem avaliar diagnosticar e tratar dos desvios de linguagem apresentados na escola, além de dar conta das crianças chamadas “especiais”. (LIMA et al., 2015). Entretanto, segundo Berberian (2007), o principal alvo dessas medidas era a questão da uniformização da língua, visto as variações dialetais serem entendidas como contaminadoras da língua oficial do país. Tratava-se de uma política de higienização que recomendava a busca da identidade nacional pela língua. Tal fato levou professores a serem convocados para uma formação básica, a fim de atuarem na correção da fala de alunos, em geral filhos de imigrantes europeus, com distorções nos fonemas da língua portuguesa. A relação da Fonoaudiologia com a Educação estava posta, além de se estabelecer a dicotomia entre normal e patológico.

Com o passar do tempo, o fonoaudiólogo acabou distanciando-se, em parte, do ambiente escolar e começou a desenvolver atividades clínicas, mais

especificamente reabilitadoras dos distúrbios da comunicação e de execução de testes de audição, baseando-se nos procedimentos e fundamentos da Medicina para sua formação e atuação (LIMA et al. 2015), sendo caracterizado como profissional de uma área paramédica. Tratava-se de uma atividade essencialmente prática que culminou com a criação dos cursos de graduação, nos anos 1960 e 1970. A concepção que embasava essa atuação tinha por princípio a eliminação da doença e da anormalidade.

A visão clínica, com viés reabilitador, também permeou as atuações fonoaudiológicas em escolas, durante a década de 1970, quando eram realizadas avaliações ou triagens nos escolares. As crianças da pré-escola, atualmente denominada Educação Infantil, eram avaliadas para verificar se estavam aptas a iniciar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita; a chamada prontidão para a alfabetização era condição essencial para que a criança tivesse acesso ao mundo letrado. (OLIVEIRA et al, 2014). Podemos observar que o caráter patologizante e reabilitador que propõe avaliações específicas e atribui diagnósticos, estabelece que a busca de soluções aos problemas de aprendizagem deve se pautar em adequar as falhas e deficiências encontradas. Mais uma vez a dicotomia normal/patológico se instaurava e as crianças que apresentassem dificuldades poderiam ser tratadas no espaço da escola.

A partir de 1980, a fim de elaborar procedimentos específicos e atingir a consolidação da profissão, a Fonoaudiologia apropriou-se de conhecimentos das áreas da Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Linguística, Filosofia, Biologia, Física, entre outras áreas, o que foi compreendido, em determinado momento, como uma clínica de empréstimos. (BACHA; OSÓRIO, 2014).

Com a regulamentação da profissão, a atuação fonoaudiológica no espaço educacional foi legitimada. A Lei nº6965 de 09/12/1981, artigo 1º, parágrafo único, estabeleceu que o fonoaudiólogo é o profissional com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área de comunicação oral e escrita, voz, audição, bem como aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz. (BACHA; OSÓRIO; 2004). Pode-se entender que esta lei configurou a atuação clínica como uma extensão para o campo escolar, quando atividades de triagem eram realizadas com o objetivo de prevenção de possíveis problemas ou dificuldades em linguagem oral e em percepção auditiva que poderiam interferir no aprendizado da leitura e da escrita. Tais ações foram relatadas por diversos fonoaudiólogos que, em seus trabalhos, resgataram a história da Fonoaudiologia e, em especial, da atuação na Educação.

Ao mesmo tempo em que isto ocorreu, ao final da década de 1980, foi observada a ampliação do campo profissional e o surgimento de novas propostas que se

distanciavam do modelo clínico, por conta da aproximação com os conceitos da saúde pública. Este momento foi um divisor de águas na compreensão de um novo paradigma de ação do fonoaudiólogo na Educação, passando a utilizar o conceito de saúde de forma mais ampla do que a ausência de doença, entendendo que aspectos ambientais e sociais faziam parte desse conceito. (Conselho Regional de Fonoaudiologia, 2ª região, 2010).

Também no âmbito da Educação observa-se também um novo paradigma: a escola passa a ter de se adequar para receber a todos, com as diferentes individualidades que ali se apresentam, tais como gênero, etnia, nível socioeconômico, entre outros fatores, portanto a considerar o sujeito e o coletivo-classe. (idem, 2010).

Com base nessas mudanças passa a se configurar, nos anos 1990, uma nova preocupação: a formação do profissional e o papel a ser exercido por ele na Educação, fator fundamental para que se repense as ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar, o que acaba se ampliando com a publicação de trabalhos voltados para a formação de educadores e de pais. Além do fato, de entender que as práticas fonoaudiológicas deveriam contribuir para a promoção de saúde dos estudantes, tendo como objetivo o processo de aprendizagem e a formação das capacidades leitora e escritora fundamentais para a formação em cidadania.

Tal situação perdurou até meados de 2000, quando no intuito de estabelecer normatizações e procedimentos de diretrizes sobre o campo de atuação do fonoaudiólogo, o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), publicou quatro resoluções acerca da atuação fonoaudiológica na Educação, sendo todas pautadas na Lei 6965/81. A primeira é a de número 274/2001 que “Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo frente à triagem auditiva escolar”, a segunda é a de número 309/2005 que “Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior, e dá outras providências”, a terceira é a de número 382/2010 que “Dispõe sobre o reconhecimento das especialidades em Fonoaudiologia Escolar/Educacional e Disfagia pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, e dá outras providências” e, por último, a quarta de número 387/2010 que “Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, alterar a redação do artigo 1º da Resolução CFFa nº 382/2010, e dá outras providências”. (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA –2001; 2005; 2010; 2010)

De acordo com as referidas resoluções, o fonoaudiólogo tem competência para realizar atividades relacionadas à audição, linguagem oral e escrita, motricidade

oral e voz sendo permitido a este profissional realizar ações em conjunto com educadores, com o objetivo de promover, prevenir e orientar a escola no processo de ensino e aprendizagem, por meio de capacitações, assessorias, programas desenvolvidos pelos fonoaudiólogos, como esclarecimentos, palestras, orientações e devolutivas aos envolvidos. Estes aspectos são importantes para o levantamento e caracterização do perfil da comunidade escolar e para acompanhar a efetividade das ações realizadas. Outra alteração instituída por essa resolução que modificou a atuação do fonoaudiólogo na escola foi o artigo 2º que veda ao fonoaudiólogo realizar atendimento clínico/terapêutico dentro de Instituições de educação infantil, ensino fundamental e médio, mesmo sendo inclusivas. (CFFa, 2005). Apenas com esta resolução é que, de fato, foi proibida a atuação clínico-terapêutica no ambiente escolar.

O fonoaudiólogo, em conjunto com a Educação, ajudará no processo educativo por meio de seus conhecimentos específicos. Podendo auxiliar em redes públicas e privadas em todas as modalidades e níveis de ensino até em esferas administrativas, para isso se faz necessário ações de identificar as demandas de todos os envolvidos (familiares, alunos e equipe escolar), elencar aspectos fonoaudiológicos relacionados ao processo educativo, identificar fatores que possam afetar a saúde da coletividade escolar, observar o ambiente físico, contribuir com a elaboração e o desenvolvimento do projeto político pedagógico. Além de planejar ações com grupos e gestores, desenvolver ações para o apoio e efetivação da aprendizagem inclusiva, oferecer suporte às atividades em sala regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), orientar atividades de promoção da comunicação oral e escrita, contribuir com o processo de alfabetização e letramento levando em conta as normativas vigentes para a Educação Infantil e séries do Ensino Fundamental, sensibilizar a comunidade escolar sobre as propostas a serem realizadas e propor atividades de formação contínua para a equipe escolar. (CFFa – ATUAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO EDUCACIONAL GUIA NORTEADOR, Brasília 2016, p. 20).

Mais recentemente, a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação está sendo alvo de discussões que abordam as diversas compreensões sobre o sujeito, que embasam a atuação fonoaudiológica na escola e os mais variados objetivos e ações no contexto educacional. (LIMA et al. 2015)

Neste trabalho, optou-se por priorizar fonoaudiólogos que desenvolvem suas atuações na educação, a partir de uma perspectiva histórico-cultural que considera a linguagem como uma prática discursiva social, que constitui e é constituída pelas pessoas, que permeia e é permeada pelas atividades e relações humanas. (idem 2015). Gentil (2016) quando discorre sobre a relação entre linguagem e aprendizagem afirma que baseada na concepção histórico-cultural

da linguagem e alicerçada na compreensão de que é na interação verbal que a relação conflituosa do indivíduo com a linguagem emerge de maneira contextualizada histórica e socialmente, age na ressignificação dos sintomas do “não aprender”, desconstruindo visões a-históricas e naturalistas da formação humana.

Para Bakhtin, é na prática viva da língua que as pessoas se influenciam mutuamente, a partir das situações dialógicas reais, o que também deve ser considerado para quem está se apropriando da leitura e da escrita. Tal atitude possibilita um olhar e atuação diferenciada dos profissionais que estão participando desse momento, no caso aqui, o fonoaudiólogo educacional. Portanto, a linguagem, se entendida como interação humana e plano a partir do qual se constituem as relações sociais, faz com que aqueles que falam ou escrevem se tornem sujeitos na relação com outros sujeitos e com o meio. (RIBEIRO; SOUZA, 2011)

Outro autor que também auxilia a compreender essa perspectiva é Vigotskii quando aponta que a interação verbal é constitutiva dos processos cognitivos com base na inserção humana em determinado grupo social. Para ele, é por meio das relações com o (s) outro (s) que o sujeito estabelece relações com objetos de conhecimento. Podemos assim, entender que a construção e apropriação da escrita dependem de uma atividade mediada por um parceiro mais experiente e de situações significativas.

Na Fonoaudiologia, observa-se a importância que as práticas de promoção da linguagem podem desempenhar em diferentes ciclos de vida, à medida que tomamos a linguagem como prática essencial para garantir contínua participação de pessoas junto as suas famílias, comunidades e sociedade. Por meio da mediação entre interlocutores, as práticas letradas tornam-se condições importantes para o acesso à vida política, econômica e cultural das sociedades letradas. (MASSI e MASINI; 2014)

Segundo Machado e Signor (2014, p.512):

“Considerar a ampla diversidade que constitui os sujeitos escolares – manifesta não apenas nos diferentes modos de escrita, mas, de forma mais ampla, nos diferentes modos de ser, pensar e se expressar – implica em uma atuação fonoaudiológica que se liberte definitivamente do caráter normatizador e curativo que perpetua ainda hoje dentro da escola, uma vez que viabiliza uma mudança no olhar do fonoaudiólogo diante do aluno, de sua escrita e do processo ensino/aprendizagem.”

Trata-se de entender e valorizar os diferentes modos e processos da linguagem como manifestação autêntica da diversidade sociocultural, a partir de tal compreensão elaboraram opções que possam vir efetivamente contribuir com o

processo de ensino, de tal modo que essa ação não represente ao sujeito uma ruptura ou negação de sua identidade, nem experiências de sofrimento ou traumas. Até por que o processo de aprendizagem da escrita não envolve simplesmente a apropriação da língua formal, mas os diversos modos de escrita utilizados pelas pessoas nos diferentes contextos sociais que perpassam a construção da linguagem. (Idem, 2014).

Objetivo

Conhecer como os fonoaudiólogos educacionais entendem o processo de aprendizagem da leitura e da escrita e abordam as dificuldades encontradas nesse processo, a partir da perspectiva histórico-cultural.

Metodologia

Este é um estudo documental de revisão bibliográfica de artigos no campo da fonoaudiologia, com o objetivo de conhecer como os fonoaudiólogos educacionais entendem e abordam as dificuldades no processo de aprendizagem de leitura e escrita, a partir da perspectiva histórico-cultural. Para tanto, tomou-se como base artigos elaborados por esses profissionais, bem como documentos organizados pelos órgãos de representação e sociedades científicas da Fonoaudiologia. A seleção dos artigos utilizados neste trabalho iniciou-se pela plataforma Google acadêmico, para levantamento de informações iniciais. Inicialmente selecionamos os seguintes descritores para o levantamento: “Fonoaudiologia” “Fonoaudiologia Educacional”, “Leitura e Escrita” “Desenvolvimento”, “Aprendizagem”, “Histórico–Cultural” e “Educação”. Após realizar a análise de quais descritores poderiam ser utilizados por meio do site DeCS restaram alguns descritores, como “Fonoaudiologia”, “Aprendizagem”, “Desenvolvimento” e “Educação” e foi acrescentado o descritor “Fatores Socioeconomicos” para auxiliar no decorrer da busca dos artigos selecionados. Em seguida, também foram pesquisados trabalhos na plataforma Scielo, tendo sido encontrado trinta e um artigos, contudo apenas cinco deles atendiam os critérios de inclusão. Recorremos à revisão da literatura dos últimos cinco anos, mais especificamente, de artigos publicados em revistas especializadas da área da fonoaudiologia, a partir da perspectiva histórico–cultural.

Discussão

Na abordagem histórico-cultural que permeou nossa consulta bibliográfica, tanto a oralidade quanto a escrita são resultado da cultura aprendida e mediada por interlocutores mais experientes. No caso da oralidade esses interlocutores podem ser pessoas do convívio familiar ou social que possibilitam a aproximação da criança com o universo da língua de uma comunidade específica a que ela pertence, a partir de práticas sociais e atividades de linguagem demandadas por essas práticas. No caso da escrita, também se entende que, desde cedo, a criança é inserida no mundo, hoje em dia cada vez mais letrado, em seus mais diversos contextos escritos e digitais. E para tanto, ela necessita de alguém que a introduza nesse ambiente, seja alguém de seu convívio ou o profissional da educação, no âmbito da escola.

Para embasar essas colocações, é necessário recorrer à Psicologia Soviética, representada pelos autores Vigotskii, Leontiev e Luria. Para eles, não são as relações naturais (biológicas) que permitem ao homem unir o objeto de sua atividade ao produto final, mas, fundamentalmente, sua relação com os outros indivíduos da coletividade, por meio do qual ele pode ter acesso ao produto da atividade do trabalho coletivo. Portanto, a consciência humana não é determinada pelas leis orgânicas e, sim, por meio das experiências sociais que, historicamente, a humanidade construiu por meio de atividade. (Gentil, 2016)

Apenas nas atividades de trabalho coletivo dos homens é que as ações humanas se deslocam de uma fusão com as relações biológicas, o que originou o aparecimento de motivos sociais de comportamento. Se partirmos da ideia de que o psiquismo humano se manifesta como imagem subjetiva do mundo real humano sendo construído por relações sociais que constituem a atividade humana, podemos concluir que é as relações sociais a causa da origem da consciência humana. (Gentil, 2016)

Seguindo essa linha de raciocínio, Leontiev (apud idem, 2016) explica que a linguagem está ligada ao trabalho humano, por meio das necessidades que os humanos tiveram em compartilhar o produto da atividade humana. Vigotskii reafirma essa questão ao assegurar que: “A palavra não esteve no princípio. No princípio esteve a ação. A palavra constitui antes o fim que o princípio do desenvolvimento. A palavra é o fim que coroa a ação”. (apud ibidem, p.91) ainda que a ontogênese, isto é, o desenvolvimento da criança, não repita a filogênese (o desenvolvimento da espécie), o desenvolvimento ontogenético da linguagem

não se dá dentro do processo de trabalho, do qual a criança não está preparada, encontra-se no processo de assimilação das experiências gerais da humanidade por meio da comunicação com os adultos.

No transcorrer de experiências realizadas por Vigotskii e Luria com crianças foi verificado que, além de agir sobre o objeto inserido, as crianças também ao mesmo tempo, falavam. _Gentil comenta: (ibidem, 2016, p.100)

[...] Lembramos que a primeira conclusão a que chegaram Vigotski e Luria (2007) estudando o comportamento de crianças em analogias às pesquisas de seus contemporâneos com chimpanzés foi a de que a criança resolve tarefas práticas não apenas através da ação, mas também por meio da fala.[...]

Portanto, chegando à conclusão que a fala não apenas segue a atividade prática, mas desempenha um papel concreto e importante na sua realização. Quanto a isto é necessário, trazer à tona as observações dos autores sobre a fala egocêntrica.

O comportamento da criança que fala enquanto executa a ação, demonstrou que a fala egocêntrica das crianças começa desde muito cedo, desempenhando um papel em voz alta, sendo uma transição entre as falas externa e interna. Realizada tal observação, é possível passar ao segundo aspecto importante de tais experiências. Eles comprovaram que a passagem de um estágio a outro só é possível de ser entendido olhando para o meio social da criança e para as relações concretas que essas estabelecem mediadas pelo uso da fala. O caminho para o desenvolvimento infantil tem o outro como eixo para o desenvolvimento da inteligência prática e, neste sentido, a fala tem função de grande importância: ao enfrentar uma situação que parece impossível de ter alcançado, a criança usa a fala para pedir ajuda a fim de conseguir o que deseja e resolver os problemas, chegando à conclusão, de que a fala ocupa um lugar não apenas na descrição da atividade, mas também no controle do comportamento do outro. (Ibidem, 2016)

Vigotskii e Luria (apud, ibidem, 2016) avançam na explicação do caráter social desta fala egocêntrica quando a criança controla o comportamento, porém, quando, por algum motivo, o investigador não se faz mais presente a criança mantém a fala, voltando-se para si mesmo, instaurando a mudança da função intersíquica para a intrapsíquica. Essa transformação é percebida quando utiliza a fala para antecipar a ação, ela planeja a ação antes mesmo de realizá-la. Tal fenômeno muda a estrutura psíquica da criança reconstruindo sua conduta que antes era vinculada pelo campo sensorial e, nessa fase, passa a funcionar de uma maneira diferente e a memória passa ser seletora e ativa.

Se para entender o início da linguagem recorreu-se à Psicologia Soviética, para a compreensão da aprendizagem da leitura e da escrita, essa concepção de que a mediação entre os interlocutores mais experientes e os que estão em fase de apropriação e, até mesmo, dos que já se apropriaram, também pode ser utilizada. A mediação é abordada como um dos procedimentos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, no enfrentamento do tão falado fracasso escolar.

O mediador tem um papel importante na aprendizagem, sendo capaz de agregar a presença espontânea do sujeito à disposição na leitura e escrita de materiais, às vezes pouco conhecidos, mas que são necessários para construção de conhecimento e autonomia, pois é nas trocas de experiências e em propostas de atividades que potencializam os estudos para discussões, que se considera a troca de conhecimento com o outro, levando ao crescimento e ao fortalecimento dos sujeitos escolares. (MASSI, MASINI, 2014)

Entende-se que as práticas de alfabetização e letramento demonstram ser fundamentais para a constituição social e política de cidadãos, que devem ser fomentadas às crianças em fase escolar, na qual a linguagem oral e escrita estão presente em vários espaços. Por meio da noção de letramento são extraídos aspectos que ajudam a entender este processo de aprendizagem, principalmente para a compreensão de como o sujeito circula por estas práticas. (RIBEIRO; SOUZA; 2011). Entende-se que o letramento é o resultado da ação de letrar-se, no sentido de tornar-se letrado, levando ao prazer de ler em diferentes lugares e sob diferentes condições, não só na escola em exercícios de aprendizagem. Diz respeito a se informar por meio da leitura, buscando informações nos meios de comunicação, usar a leitura para seguir instruções, para ler histórias que nos levam a lugares desconhecidos, usar a escrita para orientar o mundo e para descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita. Então, não basta ler e escrever do ponto de vista da codificação e decodificação, é preciso apropriar-se da escrita, é torná-la própria, assumindo-a como propriedade. (SOARES, 2011). Desta forma, reconhecendo o propósito de um texto por meio de seu autor e suas condições de produção, para esta compreensão é preciso situá-lo historicamente, além disso, podemos observar a cada momento da história da humanidade as mudanças nas tecnologias que impulsionam o homem para novos modos de produzir e se relacionar com o conhecimento. (GENTIL; 2016).

Portanto, as práticas letradas proporcionam a oportunidade de articulação com a própria vida, trazendo a oralidade e a escrita como instrumentos presentes no cotidiano, das pessoas tornando-as protagonistas da própria linguagem, à medida que se reconhecem capazes e potentes. (MASSI E MASINI, 2014)

O campo da fonoaudiologia é capaz de, e deve, se colocar à escuta da linguagem na experiência educacional, compreendendo o (s) letramento (s) e fazendo uso dele (s) para manejar trabalhos de apropriação com o objetivo de desenvolver escrita em circulação nos diversos meios socioculturais. E, não necessariamente, prender-se ao uso de métodos de alfabetização aos quais ela está submetida ou propiciar trabalhos que focam processos de adoecimento. (SOARES, 2011). O problema da população brasileira não está na alfabetização, mas nos seus processos de letramento, para que isso seja transformado atividades devem ser elaboradas para todas as idades a fim de que possam entender e participar das diversas práticas letradas sociais. E, para tal, é preciso que políticas públicas sejam afirmadas e este é um papel que o fonoaudiólogo deve assumir para si e sua atuação no campo da Fonoaudiologia Educacional.

A temática da medicalização será apresentada, neste trabalho, como outra possibilidade de compreensão dos “ditos” distúrbios, dificuldades e transtornos de leitura e escrita, ou seja, enquanto processos constitutivos de apropriação da leitura e da escrita de crianças e jovens. A perspectiva histórico-cultural é fundamental para que se desmistifique o estudante como o “problema” de seu processo de aprendizagem.

Antes de iniciar esta discussão, cabe explicitar o que se entende por medicalização. Na carta do “IV Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Desver o Mundo, Perturbar os Sentidos” foi apresentada a seguinte conceituação:

“Medicalização envolve um tipo de racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, seja em seu aspecto psíquico, seja em uma leitura restrita e na naturalizada dos aspectos sociais. Nessa concepção, características comportamentais são tomadas a partir da perspectiva do indivíduo isolado, que passaria o único responsável por sua inadaptação às normas e padrões sociais dominantes. A medicalização é terreno fértil para os fenômenos da patologização, da psiquiatrização, da psicologização e da criminalização das diferenças e da pobreza.”

No âmbito educacional, tem-se observado que as dificuldades escolares apresentadas pelos estudantes vêm aumentando e, frequentemente, a análise dessa situação passa por uma explicação “simplista” que não leva em consideração as reais condições sociais, políticas, educacionais, familiares e pedagógicas, ou seja, os aspectos multifacetados que compõem as questões do desempenho escolar e do tão falado fracasso escolar. As causas dessas dificuldades, em geral, são tomadas como de cunho particularizado, imputando às crianças, aos jovens ou aos professores a razão das mesmas, fazendo aumentar o número de diagnósticos de transtornos e déficits.

Como citado na introdução deste trabalho, a origem da Fonoaudiologia foi calcada numa visão higienista de língua, cujo objetivo era o de normatizar, de igualar o modo de falar, o que se traduzia em identidade de uma nação pela língua. Era necessário eliminar a diversidade de línguas e dialetos que contaminavam o português falado no Brasil. Essa concepção “[...estabelecia, assim, a dicotomia normal/patológico que, até os dias de hoje, fundamenta estudos e práticas fonoaudiológicas.” (Oliveira et al, 2014, p.794).

Observa-se que, no campo da Educação, essa visão sobre a atuação fonoaudiológica foi e, ainda é, atual e disseminada, ou seja, espera-se que as questões de aprendizagem da leitura e escrita que afetam o desempenho escolar esperado sejam tratadas no âmbito da saúde, a partir de um viés organicista. Pode-se dizer que nos dois campos de conhecimento esse tipo de pensamento caracteriza o discurso medicalizante que leva à prática de culpabilizar o estudante por seu fracasso escolar.

Porém, o que realmente acontece no cenário educacional é que, desde o início do século XX, a dita “norma culta” foi imposta aos grupos menos favorecidos cultural e socialmente que frequentam a escola. Essa variante linguística dominada pelos grupos socialmente privilegiados e “letrados”, em geral, não faz parte do repertório da população dos estudantes das escolas públicas, e mais do que isso, a variante linguística utilizada por esse grupo é desvalorizada e não aceita no espaço escolar. Tal fato só vem a aumentar a repetência e a evasão escolar.

Os atuais estudos e pesquisas na área de leitura e escrita, em boa parte, não parecem levar em consideração as evidências dessa perspectiva histórica, como relatam Oliveira et al, (Idem, p. 795):

“Isso resulta na prescrição de uma série de provas e testes que buscam a normatização por meio da classificação e determinação de patologias e, consequentemente, imputam aos jovens e crianças as causas de seus fracassos escolares”.

Apoiados em uma fundamentação organicista da área da saúde, tais trabalhos relacionam-se a distúrbios entendidos como déficits de processamento temporal, déficits de processamento auditivo e visual, déficit fonológico que evidenciaríamos as dificuldades na aquisição da escrita e caracterizariam a dislexia. Além da Fonoaudiologia, a Medicina, a Psicologia e a Neuropsicologia também compartilham dessa visão medicalizante e patologizante. Sabe-se que esta forma de abordar e compreender os fenômenos tem sido incorporada ao discurso educacional, de forma hegemônica.

Por outro lado, a corrente histórico-cultural tem produzido trabalhos e pesquisas que propõem um olhar para o sujeito entendido em sua constituição biopsicossocial e nas suas condições de produção de escrita. Estas devem ser entendidas no seu caráter processual, ou seja, mais do que o produto final, o que interessa é o processo de produção do texto e, que também, pressupõe a possibilidade de mediação entre os pares e o professor ou o fonoaudiólogo.

Nessa medida, a perspectiva histórico-cultural contribui fundamentalmente para que se desmistifique o estudante como o “problema” de seu processo de aprendizagem e se atente para os diferentes modos de aprender que convivem em uma sala de aula ou outros espaços educacionais e culturais, respeitando-se as fragilidades e potencialidades de cada pessoa, seja ela criança, jovem, adulto ou idoso.

Com o intuito de refletir sobre esse cenário, bem como acatar as resoluções do CFFa sobre a atuação fonoaudiológica educacional, uma aproximação com a Saúde Coletiva vem se estabelecendo por meio do conceito de saúde ampliada. Este conceito originou-se do trabalho clínico que visa o sujeito, a família e o contexto social. Tem como objetivo produzir a saúde e a autonomia dos usuários, da família e da comunidade, utilizando como meios de trabalho a integração da equipe multiprofissional, a construção de vínculos, a elaboração de projeto terapêutico, conforme a vulnerabilidade de cada caso e a ampliação dos recursos de intervenção sobre o processo saúde-doença. A proposta de clínica ampliada é ser um instrumento para que os profissionais da saúde possam ter uma visão mais abrangente e atuar na clínica para além da fragmentação, buscando a participação e autonomia da comunidade no projeto terapêutico. O diagnóstico pressupõe uma certa regularidade, mas é preciso saber, além do que o sujeito apresenta de igual, o que ele apresenta de diferente, de singular, com isso encontramos inúmeras possibilidades de projetos. Podemos então entender que a clínica ampliada propõe que os profissionais desenvolvam a capacidade de ajudar as pessoas, não só combatendo as doenças, mas promovendo saúde em todos os ciclos de vida. (Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS, data).

A promoção do desenvolvimento infantil é um dos aspectos importantes na atuação do fonoaudiólogo na Educação (?), em função disso, a participação desse profissional deixou de ser essencialmente clínica e passou a ganhar espaço nas instituições, com foco diferenciado, ou seja, buscando ações que favorecessem um maior número de pessoas, passando a levar em consideração temáticas particulares da sociedade em que trabalha valorizando mais aspectos voltados a promoção da saúde. (OLIVEIRA; NATAL, 2012)

Essa nova forma de atuação fez o eixo patologia/tratamento deslocar-se para o eixo saúde/promoção da saúde em função da necessidade de serem considerados os ambientes domiciliar e escolar na prática profissional e, por isso os aspectos da saúde comunitária constituem foco de atenção. Especificamente sobre a atuação fonoaudiológica em ambiente escolar, deve-se priorizar a troca de conhecimentos entre os profissionais que atuam nas instituições. Assim, essa participação do fonoaudiólogo na equipe de planejamento escolar, prevista em lei, deve ter o intuito de colaborar nesse processo.(Idem, 2012).

O conceito de promoção de saúde tem sido um dos focos mais descritos na atuação fonoaudiológica educacional, visto ser entendido como essencial na relação escola e fonoaudiólogo quando se pensa em desenvolvimento de capacidades leitora e escritora. Promover a saúde implica em conhecer as necessidades da população matriciada, levando em conta fatores contextuais não restringindo somente a controlar fatores etiológicos, mas também a elaborar estratégias de ação voltadas ao coletivo. O objetivo não é tornar a população dependente dos profissionais, mas sim dar autonomia para que possa promover, por si só, a saúde elaborando ações intersetoriais que envolvam a educação, o saneamento básico, a habitação, a renda, o trabalho, a alimentação, o meio ambiente, o acesso a bens e serviços essenciais, o lazer, entre outros determinantes sociais da saúde. (OLIVEIRA; NATAL; 2012)

Analisando a revisão da literatura sobre a inserção dos fonoaudiólogos na promoção da saúde coletiva encontra-se a importância da realização de um diagnóstico institucional para composição de um projeto eficaz que atente às demandas dos serviços. Este procedimento de diagnóstico institucional, foi incorporado em trabalhos e relatos de experiências sobre a atuação fonoaudiológica educacional. Assim, podemos observar o cancelamento de práticas intuitivas realizadas pelos profissionais com base em ações pré-determinadas; diante deste panorama, a realização dessa análise leva o profissional a proporcionar uma melhor compreensão sobre a realidade da instituição em que está inserido, fundamentando sua atuação e auxiliando na determinação dos objetivos e metas para seu trabalho no âmbito educacional. (LIMA et al. 2015). Além do diagnóstico educacional, cabe ao fonoaudiólogo educacional promover ações de promoção de saúde e matriciamento para a comunidade escolar (famílias, profissionais da educação e educandos) como, por exemplo, ações promotoras de saúde que resultem no desenvolvimento dos estudantes no que se refere à linguagem oral, escrita, audição, motricidade orofacial e voz. Para tanto, faz-se necessário a promoção de encontros com professores da escola regular e com os de Atendimento Educacional

Especializado (AEE) a fim de refletir e definir, junto aos professores, melhores estratégias educacionais.(CFFa - CONTRIBUIÇÕES DO FONOAUDIÓLOGO EDUCACIONAL PARA SEU MUNICÍPIO E SUAS ESCOLA, Brasília 2015, p. 24).

Alguns artigos apontam a formação do professor como um dos problemas no cenário da alfabetização e letramento no país e sugerem diversos caminhos para enfrentar essa questão na atuação fonoaudiológica educacional relatando que a formação adequada só será efetiva também com a prática docente, ou seja, a eficácia no processo de alfabetização é resultado de experiências dos educadores. As compreensões sobre o início do desenvolvimento da linguagem escrita podem variar com os mais diversos aspectos envolvidos na prática profissional, mas as bases teóricas que educadores tiveram contato em sua formação refletem nessas ações dentro de sala de aula e, conseqüentemente, em suas compreensões. Neste artigo foram analisados relatos, um deles indica que o processo da linguagem escrita se inicia a partir da entrada das crianças na escola; seis nomearam o ensino formal, na creche, os registros feitos em papel, o segurar o lápis, rabiscar no papel sendo o início da escrita; por outro lado, poucos indicaram o início do desenvolvimento da linguagem escrita, desde o nascimento da criança por intermédio de suas experiências nos diversos contextos sociais e familiares. (OLIVEIRA; NATAL; 2012).

Segundo o artigo apresentado foram muitos os participantes que citaram fatores inerentes à criança como causa do insucesso no processo de desenvolvimento da linguagem escrita, estando relacionado aos fatores de ordem neurológica, fisiológica e psicológica. De modo geral, a maioria dos insucessos escolares não teria relação com a metodologia de ensino, segundo as respostas citadas pelos professores. Conclui-se que, ao longo dessa investigação, embora a maioria dos professores tenha formações condizentes às legislações vigentes, eles possuem carência de conhecimentos fundamentais para as práticas de alfabetização. Desta forma refletindo um conhecimento e entendimento insuficiente acerca do processo de desenvolvimento da linguagem escrita.

Perante esses dados, é possível concluir também que os trabalhos de formação continuada desenvolvidos pela Fonoaudiologia Educacional devem permanecer como prioridade dessa área, pois são os que mais propiciam trocas de conhecimentos no ambiente escolar, podendo contribuir de maneira importante, nestes casos, voltando-se à promoção do desenvolvimento da saúde infantil. Reafirma-se, portanto, que o fonoaudiólogo em parceria com educadores possa compartilhar seu saber, com o intuito de construir práticas articuladas com a proposta pedagógica escolar. (Idem, 2012).

Conclusão

Esse trabalho documental de revisão bibliográfica proporcionou entender que o fonoaudiólogo educacional fundamentado na perspectiva histórico-cultural, em sua atuação, compreende o processo da aprendizagem da leitura e da escrita como sendo único de cada pessoa. Este profissional também acolhe, respeita e valoriza os vários contextos sociais, culturais, familiares e educacionais por onde esta pessoa circula e que motivam suas posturas, produções e reflexões no universo educacional.

Considerando a grande diversidade dos diferentes modos de ser, pensar e se expressar das pessoas, principalmente, em relação aos processos de leitura e escrita, entende-se que a atuação dos fonoaudiólogos na compreensão do processo de aprendizagem implica em atitudes políticas que deverão resultar em práticas pedagógicas que auxiliem o desempenho dos escolares.

Conclui-se a importância de se realizar, cada vez mais, parcerias entre educadores e fonoaudiólogos que partilhem da abordagem inspirada na perspectiva histórico-cultural para que os diferentes modos de aprender possam ser compreendidos e respeitados de forma singular.

Bibliografia

1. Bacha, S. M. C.; Osório, A. M. N. **Fonoaudiologia & educação: uma revisão da prática histórica.** Rev. CEFAC, volume 6, n. 2, 215-21, abr-jun, 2004. Disponível em: <http://www.cefac.br/revista/revista62/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 14/04/2016.
2. Berberian, A. P. **Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico.** 2.ed revista. São Paulo: Plexus, 2007.
3. _____; Bortolozzi, K. B., Massi, G.; Biscouto. A. R.; Enjiu, A. J.; Oliveira. K. F. **Análise de conhecimento de professores atuantes no ensino fundamental acerca da linguagem escrita na perspectiva do letramento.** Revista CEFAC, 2013, Nov - Dez, 15 (6): 1635 - 1642. In: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v15n6/219-11.pdf> em: 05/08/2016.
4. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Resolução N°.274, de 20 de Abril de 2001.** Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/legislacaoPDF/Res%20274%20-%20trigem%20escolar.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.
5. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Resolução N°309, de 01 de abril de 2005.** Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wpcontent/uploads/2013/07/res-309-site.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.
6. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Resolução N°382, de 20 de março de 2010.** Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/legislacaoPDF/Res.%20382-2010.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.
7. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Resolução N°387, de 18 de setembro de 2010.** Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/legislacaoPDF/Res%20387-10%20Fono%20Educacional.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.
7. Gentil, M. A. O.; **Contribuições à crítica do trabalho da fonoaudiologia educacional à luz da concepção histórico-cultural da linguagem.** 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2016.
8. INAF. **Índice de alfabetismo Funcional.** Instituto Paulo Montenegro. <http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/default.aspx>. Acesso em 14/04/2016

9. Leite, K. K. A.; Bittencourt, Z. Z. L. C.; Silva, I. R. **Fatores socioculturais envolvidos no processo de aquisição da linguagem escrita.** Revista CEFAC, 2015, Mar - Abr, 17 (2): 492 - 50. In: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n2/1982-0216-rcefac-17-02-00492.pdf> em: 05/08/2016.
10. Lima, B. L. I.; Delgado, C. I.; Lucena, L. T. B.; e Figueiredo C. L. **Da realização do diagnóstico institucional para a atuação fonoaudiológica em escolas.** Distúrb Comun, 2015, 27 (2), 213-224. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/19765>. Acesso: 19/04/2016.
11. Machado, M. L. C.; de A., Signor, R. de C F. **Os transtornos funcionais específicos e a Educação Inclusiva.** In: Tratado de Especialidades em Fonoaudiologia. Marchesan, I. Q.; Justino, H.; Tomé, M. C. (org). São Paulo: Guanabara Koogan, 2014, p.506-515.
12. Massi, G; Masini, L. **Letramento nos ciclos de vida.** In: Tratado de Especialidades em Fonoaudiologia. Marchesan, I. Q.; Justino, H.; Tomé, M. C. (org). São Paulo: Guanabara Koogan, 2014, p.426-433.
13. Oliveira, E. C.; Teixeira, V. R. V.; Santos, J. G. R. **Fonoaudiologia: reflexões e propostas de superação do discurso medicalizante.** In: Tratado de Especialidades em Fonoaudiologia. Marchesan, I. Q.; Justino, H.; Tomé, M. C. (org). São Paulo: Guanabara Koogan, 2014, p.793-798.
14. Oliveira, J. P.; Natal, R. M. P. **A linguagem escrita na perspectiva de educadores: subsídios para propostas de assessoria fonoaudiológica escolar.** Revista CEFAC, 2012, Nov - Dez, 14 (6): 1036 - 1046. In: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v14n6/36-11.pdf> em: 05/08/2016.
15. Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS – material de apoio. Disponível em: - <http://www.saude.sc.gov.br/hijg/gth/Cartilha%20da%20PNH.pdf>. Acesso em: 27/11/2016.
16. Ribeiro, N.; Souza, P. A. L. **Efeitos do (s) letramento (s) na constituição social do sujeito: considerações fonoaudiológicas.** Rev. CEFAC, 2011, volume 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/203-10.pdf>. Acesso em: 14/04/2016.
17. Soares, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.